

JOVEM ENGELS EM MANCHESTER: ESBOÇO DE UMA HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DO CAPITALISMO NA INGLATERRA (1842-1844)

Felipe Cotrim¹

Resumo: Nossa comunicação consiste em um recorte do capítulo três de nossa dissertação (*Jovem Engels: evolução filosófica e crítica da economia política (1838-1844)*) e visa examinar e comentar o ensaio “O século XVIII”, de Friedrich Engels. Esse ensaio, que consiste na segunda parte da série “A situação da Inglaterra”, foi redigido por Engels em fevereiro de 1844 e publicado no jornal *Vorwärts!* entre os meses de agosto e setembro de 1844. Nele, Engels expôs os resultados de seus primeiros estudos sobre a formação e o desenvolvimento do capitalismo industrial na Inglaterra, que ele qualificou como sendo uma revolução de caráter social, a verdadeira revolução, e o ponto culminante das revoluções políticas inglesas do século XVII. Segundo Engels, a real consciência de seu impacto somente poderia ser devidamente apreendida por meio de uma visão retrospectiva, histórica. A tarefa que Engels se propôs nesse ensaio foi justamente desvelar os efeitos históricos dessa revolução social inglesa. Para tanto, Engels recorreu a um material bibliográfico que lhe oferecesse dados empíricos de caráter quantitativo e qualitativo sobre a economia inglesa dos séculos XVIII e XIX. As fontes utilizadas por Engels para essa investigação foram os livros: *O progresso da nação, nas suas várias relações sociais e econômicas, desde o início do século XIX até ao tempo presente*, de George Richardson Porter; *A história da produção do algodão na Grã-Bretanha*, de Edward Baines; e *A produção de algodão da Grã-Bretanha, sistematicamente investigada e ilustrada*, de Andrew Ure. Em paralelo a estes materiais empíricos, Engels combinou a filosofia da história de Hegel, o materialismo de Feuerbach e a teoria da triarquia europeia de Moses Hess. Com isso, Engels unificou a empiria da economia política britânica com a dialética da filosofia clássica alemã, significando os primeiros passos na formulação da concepção materialista da história. As fontes a serem examinadas em nossa comunicação se encontram disponíveis nas coleções *Marx-Engels-Werke* (MEW) e *Marx & Engels Collected Works* (MECW).

Palavras-chave: Friedrich Engels, História econômica, História social, Revolução Industrial, Teoria e historiografia do pensamento econômico.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, PPGHE-USP). Bolsista CAPES, 2018-2020.

Introdução

Entre os meses de janeiro e março de 1844, Engels escreveu uma série de artigos intitulados “A situação da Inglaterra”, organizados em três partes: “*Passado e presente*, de Thomas Carlyle”, “I. O século XVIII” e “II. A constituição Inglesa”. “*Passado e presente*” foi publicado em fevereiro de 1844 nos *Deutsch-Französische Jahrbücher*, revista alemã editada em Paris por Arnold Ruge e Karl Marx. Diferenças políticas e teóricas entre Ruge e Marx, além das dificuldades de contrabandear a revista para a Alemanha—ambos eram proscritos da Prússia por seu ativismo radical contra o governo—levaram ao fim do empreendimento editorial. As duas partes seguintes de “A situação da Inglaterra”—“I. O século XVIII” e “II. A constituição Inglesa”—somente foram publicadas entre os meses de agosto e setembro de 1844 no *Vorwärts!*—o órgão de imprensa dos emigrados alemães em Paris vinculados a correntes políticas republicanas, democráticas e socialistas.²

Nessa série, Engels tratou de uma vasta gama de temas—por exemplo: filosofia e teoria da história; história econômica e social da Inglaterra; o Estado e as instituições políticas e jurídicas inglesas e as lutas de classes na primeira metade do século XIX—, permitindo ao pesquisador examinar o então atual estado de sua evolução filosófica e política. Ademais, muitos dos temas tratados por Engels em “A situação da Inglaterra” foram retomados por ele em seus textos posteriores, da segunda metade da década de 1840. Assim, os artigos que compõem a série “A situação da Inglaterra” podem ser auxiliares no estudo e na compreensão histórica dos textos engelsianos do período.

Para os fins desta comunicação, voltaremos nossa atenção para o segundo ensaio da série: “I. O século XVIII”.

1.

Em “I. O século XVIII”,³ Engels realizou uma exposição histórica da economia e da sociedade inglesa a partir do século XVIII—um dos temas no qual havia se ocupado durante seu período em Manchester.

O século XVIII na Europa continental, escreveu Engels, foi o século das revoluções políticas e filosóficas [*politische und philosophische Revolution*]. Porém, durante esse mesmo período, a Inglaterra atravessou o século XVIII sem grandes eventos políticos, pois, diferentemente da França, sua revolução política teve lugar um século antes.⁴ A Revolução

2 *Marx & Engels Collected Works (MECW), Vol. 3: Marx: March 1843–August 1844; Engels: May 1843–June 1844*, Moscow, London & New York: Progress Publishers, Lawrence & Wishart & International Publishers, 1975, p. 617, nota 187, p. 647, 649.

3 “Die Lage Englands. I. Das achtzehnte Jahrhundert” (*Vorwärts!*, Paris, n. 70-73, 31 ago., 4, 7, 11 set. 1844), in MECW 3, p. 469–488; *Marx-Engels-Werke (MEW), Bd. 1: Marx/Engels: 1839–1844*, 13. ed., Berlin: Dietz Verlag, 1981, p. 550–568.

4 HILL, Christopher, *O mundo de ponta-cabeça*, São Paulo: Companhia das Letras, 1987; *The Century of Revolution*, 1603–1714, London & New York: Routledge, 2002; MECW 3, p. 472–473; MEW 1, p. 553–

Inglesa do século XVIII não teve, segundo Engels, caráter político ou filosófico. Ela foi, pelo contrário, muito mais abrangente—apesar de ter sido como que “subterrânea”—que as revoluções políticas, pois foi uma revolução de caráter social [*soziale Revolution*].⁵ A revolução política e filosófica precisa culminar [*ausmünden müssen*] na revolução social, que é, afirmou Engels, a verdadeira revolução [*wahre Revolution*]. E, mais adiante complementou: “Esta revolução social já está em curso na Inglaterra há setenta ou oitenta anos e está se aproximando rapidamente de sua crise neste exato momento”.⁶ Justamente por seu caráter “subterrâneo”, a consciência de seu impacto somente poderia ser devidamente apreendida por meio de uma visão retrospectiva, histórica. A tarefa à qual Engels se propôs nesse artigo foi justamente evidenciar, ou desvelar os efeitos dessa revolução social. Ao fazer isso, Engels deu os primeiros passos em sua exposição pessoal de uma concepção materialista da história que tem como ponto de partida as relações econômicas e sociais.

O século XVIII, segundo Engels, foi um século de síntese histórica do desenvolvimento social humano iniciado nos séculos precedentes. Foi no século XVIII que as descobertas científicas nas ciências naturais—a mecânica newtoniana, por exemplo—e na filosofia e na economia—o Iluminismo e a economia política clássica—foram articuladas sob uma perspectiva materialista e positiva, impulsionando e catalisando a etapa seguinte do progresso material e intelectual da humanidade—ou, nos termos de Engels, o século do fim da fragmentação da humanidade e a penúltima etapa do processo histórico de seu autorreconhecimento [*Selbsterkenntnis*] e da sua autoemancipação [*Selbstbefreiung*]. Nesse processo, a subjetividade, a espiritualidade e o indivíduo abstrato reinantes durante o período no qual a mentalidade cristã foi dominante haviam sido transcendidos pela objetividade, pelo materialismo e pelo universal abstrato.⁷ “O século XVIII representa o renascimento do espírito da antiguidade contra o do cristianismo. O materialismo e a república; a filosofia e a política do mundo antigo, ressurgiram novamente”, concluiu Engels.⁸ Contudo, havia faltado ao século XVIII, segundo ele, transpor as antíteses: substância-sujeito [*Substanz-Subjekt*]; natureza-mente [*Natur-Geist*]; e necessidade-liberdade [*Notwendigkeit-Freiheit*]. Mas foi justamente ao colocá-las em oposição que ele havia permitido a emergência das condições históricas para sua futura supressão [*Aufhebung*].⁹

Ao prosseguir, Engels, uma vez mais, convocou a tese da triarquia europeia de Hess:¹⁰

554.

5 MECW 3, p. 469; MEW 1, p. 550.

6 MECW 3, p. 469; MEW 1, p. 550.

7 MECW 3, p. 469–470; MEW 1, p. 550–551.

8 MECW 3, p. 470; MEW 1, p. 551.

9 MECW 3, p. 470–471; MEW 1, p. 552.

10 MCLELLAN, David, “Moses Hess”, in *The Young Hegelians and Karl Marx*, London: Macmillan, 1969, p. 137–160; RUSS, Jacqueline, *O socialismo utópico*, São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 67–74.

A consequência desta clara evolução final da antítese foi a revolução geral {*allgemeine Revolution*} que se espalhou por várias nações e cuja iminente conclusão solucionará, ao mesmo tempo, a antítese da história até o presente. Os alemães, a nação do espiritualismo cristão, vivenciaram uma revolução filosófica {*philosophische Revolution*}; os franceses, a nação do materialismo clássico e, portanto, da política, tiveram que passar por uma revolução política {*Revolution auf politischem*}; os ingleses, uma nação que é uma mistura de elementos alemães e franceses, que, portanto, encarnam os dois lados da antítese e são, por isso, mais universais do que qualquer um dos dois fatores tomados separadamente, foram, por essa razão, atraídos para uma revolução mais universal, uma revolução social {*eine universellere, eine soziale Revolution*}.¹¹

O que distinguiu o processo revolucionário inglês do alemão e do francês, segundo Engels, foram as singularidades de seu desenvolvimento histórico. Na Inglaterra, os vínculos sociais feudais foram rompidos mais cedo do que na Alemanha e França, e os sujeitos individuais, apesar da imanente vida coexistente, passaram a atuar mais precocemente como átomos desconectados, sempre em busca de atender suas motivações particulares. Assim, a Inglaterra havia sido a primeira das três nações onde ocorreu a emergência do individualismo moderno e da propriedade privada capitalista.

Em outras palavras, somente a Inglaterra tem uma história social {*soziale Geschichte*}. Somente na Inglaterra há indivíduos como tais, sem defender conscientemente princípios universais, promovendo o desenvolvimento nacional e aproximando-o de sua conclusão. Somente aqui as massas atuaram como massas, em nome de seus interesses como indivíduos; somente aqui os princípios foram transformados em interesses antes que pudessem influenciar a história. Os franceses e os alemães estão gradualmente alcançando uma história social também, mas ainda não a têm. Também no continente tem havido pobreza, miséria e opressão social, mas isso não teve nenhum efeito sobre o desenvolvimento nacional; mas a miséria e a pobreza da classe trabalhadora na Inglaterra atual têm importância nacional e até mesmo mundial. No continente, o aspecto social ainda está completamente escondido pelo aspecto político e ainda não se desprende dele, enquanto na Inglaterra o aspecto social tem gradualmente prevalecido sobre o aspecto político e o tornou subserviente. Toda a política inglesa é fundamentalmente social por natureza, e as questões sociais são expressas de forma política apenas porque a Inglaterra ainda não avançou além do Estado, e porque a política é um expediente necessário ali.¹²

E, mais adiante, completou:

11 MECW 3, p. 471; MEW 1, p. 552.

12 MECW 3, p. 474; MEW 1, p. 555.

Enquanto a Igreja e o Estado forem as únicas formas em que as características universais da natureza humana são realizadas, não pode haver questão de história social. A Antiguidade e a Idade Média também foram, portanto, sem desenvolvimento social; apenas a Reforma, a primeira tentativa, até agora, por mais tendenciosa e equivocada, de reação contra a Idade Média, trouxe uma grande mudança social, a transformação dos servos em trabalhadores “livres”. Mas mesmo essa mudança permaneceu sem muito efeito duradouro no continente, de fato só se enraizou ali após a revolução do século XVIII; enquanto na Inglaterra a categoria dos servos foi transformada durante a Reforma em vilões, forasteiros e camponeses e, portanto, em uma classe de trabalhadores gozando de liberdade pessoal, tornando ali, já no século XVIII, evidentes as consequências dessa revolução.¹³

Desta forma, Engels atrelou o desenvolvimento de uma história social na Inglaterra ao desenvolvimento da propriedade capitalista e o estabelecimento dos imperativos econômicos do capital como elemento determinante da nova organização e estrutura da sociedade inglesa: abolição do sistema de trabalho e de propriedade feudal, emergência dos direitos burgueses individuais e de propriedade; emergência da classe média, a fundação de colônias, o estabelecimento do domínio marítimo e da indústria naval ao longo dos séculos XVI-XVII, que consistiram nas pré-condições para a emergência da revolução social no país.¹⁴ A revolução social promovida pela propriedade privada capitalista e pela concorrência econômica também mobilizou o desenvolvimento científico e técnico na engenharia e na produção industrial durante a segunda metade do século XVIII—invenção de máquinas hidráulicas e a vapor—, aumentando exponencialmente a produtividade da economia inglesa e estabelecendo-a na liderança perante as demais nações europeias.¹⁵ Em paralelo às modificações mencionadas acima, Engels colocou a formação de uma massa de marginalizados e despossuídos de propriedade e de meios de produção, que haviam perdido ou sido expulsos de suas terras (os *squires* e os *yeomen*), apropriadas e concentradas nas mãos dos grandes proprietários (os *landlords*).¹⁶

2.

Após expor uma visão panorâmica da história filosófica e científica dos séculos XVI-XVIII e dos primórdios do desenvolvimento capitalista da Inglaterra, Engels prosseguiu com a exposição de uma história econômica e social da Inglaterra fundamentada em fontes historiográficas de dados quantitativos sobre a indústria têxtil inglesa, expondo ao leitor a progressão de seus estágios de transição—da indústria doméstica para o trabalho coletivo

13 MECW 3, p. 474–475; MEW 1, p. 555.

14 MECW 3, p. 475–477; MEW 1, p. 556–557.

15 MECW 3, p. 479–480; MEW 1, p. 559–600.

16 MECW 3, p. 477; MEW 1, p. 558.

em unidades produtivas (as primeiras fábricas) até a instalação das primeiras máquinas movidas a energia hidráulica e depois a vapor—e sobre o desenvolvimento da mineração e da metalurgia. Em paralelo ao desenvolvimento industrial, Engels discorreu sobre a expansão da divisão social do trabalho e do aprimoramento dos meios de transporte e comunicação (ferrovias, canais e o comércio transatlântico). Esse processo histórico foi apresentado por Engels por meio de uma narrativa vertiginosa—talvez a única forma de transmitir ao leitor o impacto social da Revolução Industrial [*industriellen Umwälzung; industriellen Revolution*].¹⁷

As fontes de Engels para essa exposição foram os livros *O progresso da nação, nas suas várias relações sociais e econômicas, desde o início do século XIX até o tempo presente*,¹⁸ de George Richardson Porter (1792-1852)—economista inglês e chefe do departamento de estatística do *Board of Trade* do governo britânico—, *A história da produção do algodão na Grã-Bretanha*,¹⁹ de Edward Baines (1800–1890)—jornalista e parlamentar inglês—, e *A produção de algodão da Grã-Bretanha, sistematicamente investigada e ilustrada*,²⁰ de Andrew Ure (1778-1857)—químico e economista inglês.²¹ (Os dois últimos também serviram de fonte para seu livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845, Leipzig).)

Sobre as consequências econômicas da industrialização da Inglaterra, Engels escreveu:

As consequências de um impulso industrial, uma vez dado, são infinitas. O progresso feito em uma indústria é comunicado a todas as outras. As forças recém-criadas exigem nutrição, como acabamos de ver; a população ativa recém-criada traz em seu rastro novas condições de vida e novas necessidades. As vantagens mecânicas da produção fabril reduzem o preço dos artigos fabricados e, portanto, tornam as necessidades da vida e, conseqüentemente, os salários mais baratos no geral; todos os outros produtos podem ser vendidos a preços mais baratos e, assim, atingir um mercado mais amplo na proporção de seus baixos preços. Uma vez demonstrada a aplicação vantajosa dos dispositivos mecânicos, ela é gradualmente imitada em toda a indústria; o avanço da civilização, que é a consequência inevitável de todas as melhorias industriais, gera novas necessidades, novas indústrias e, portanto, novamente novas melhorias. A consequência da revolução na fiação do algodão foi necessariamente uma revolução em toda a indústria; e se nem sempre podemos rastrear como as forças motrizes são transmitidas aos ramos mais remotos do sistema industrial, a culpa é apenas da ausência de informações estatísticas e históricas. Mas veremos em

17 MECW 3, p. 482; MEW 1, p. 563.

18 *The Progress of the Nation, in its Various Social and Economical Relations, from the Beginning of the 19th Century to the Present Time: Vols. 1 & 2* (1836; 1838, Londres).

19 *History of the Cotton Manufacture in Great Britain* (1835, Londres).

20 *The Cotton Manufacture of Great Britain, Systematically Investigated and Illustrated: Vols. 1 & 2* (1836, Londres).

21 MECW 3, p. 485, nota *, p. 618–619, nota 204; MEW 1, p. 566, nota *.

toda parte que a introdução de dispositivos mecânicos e de princípios científicos em geral tem sido a mola mestra do progresso.²²

E sobre as consequências sociais, ele observou que:

Esta revolução pela qual passou a indústria britânica é a fundação de todos os aspectos da vida inglesa moderna, a força motriz de todo o desenvolvimento social. Sua primeira consequência foi, como já indicamos, a elevação do interesse particular a uma posição de domínio sobre o homem. O interesse particular tomou conta das novas forças industriais recém-criadas e as explorou para seus próprios fins; essas forças, que por direito pertencem à humanidade, tornaram-se, por influência da propriedade privada, monopólio de uns poucos capitalistas ricos e meio de escravidão das massas. O comércio absorveu a indústria em si e, com isso, tornou-se onipotente, tornou-se o nexa da humanidade; todas as relações pessoais e nacionais se reduziram a relações comerciais e—o que equivale à mesma coisa—a propriedade e os objetos se transformaram em senhores do mundo.²³

Com a expansão e domínio da propriedade privada e da concorrência capitalista, Engels previu que os interesses particulares da sociedade civil e do cosmopolitismo do mercado inevitavelmente prevaleceriam sobre a universalidade do Estado. Seguindo a teoria econômica presente no livro *A riqueza das nações*,²⁴ de Adam Smith (1723-1790)—filósofo e economista político escocês a quem Engels definiu como o criador da ciência das finanças [*Finanzwissenschaft*],—todas as relações sociais sob o regime do capital haviam sido reduzidas a categorias econômicas abstratas e impessoais e os interesses econômicos particulares foram postos acima dos interesses universais da nação e do Estado.²⁵

3.

Engels também teceu breves observações sobre a teoria utilitarista dos economistas políticos ingleses William Godwin (1756-1836) e Jeremy Bentham (1748-1832). Segundo escreveu Engels, Bentham e Godwin divergiam sobre a relação entre os interesses particulares e os interesses gerais. Para Godwin, o indivíduo deveria agir tendo como meta atuar em prol dos interesses gerais; já para Bentham, os interesses individuais correspondiam aos interesses gerais. Portanto, ao buscar atender a seus interesses particulares, o indivíduo estaria indiretamente contribuindo com o bem comum. Para Engels o erro de Ben-

22 MECW 3, p. 482–483; MEW 1, p. 563–564.

23 MECW 3, p. 485; MEW 1, p. 566.

24 *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (1776, Londres).

25 MECW 3, p. 485–486; MEW 1, p. 566–567.

tham tinha como fundamento sua metodologia de investigação, que, assim como Hegel, colocou tudo de cabeça para baixo.

Bentham aqui comete o mesmo erro em seu empirismo que Hegel cometeu em sua teoria; ele não tenta seriamente superar as contradições, ele transforma o sujeito no predicado, subordina o todo à parte e, ao fazê-lo, coloca tudo de cabeça para baixo {*auf den Kopf*}. Primeiro ele diz que os interesses gerais e individuais são inseparáveis e depois se mantém unilateralmente no mais grosseiro dos interesses individuais. Sua proposição é apenas a expressão empírica de outro, a saber, que o homem é o homem, mas porque se expressa empiricamente, concede os direitos da espécie não ao homem livre, autoconsciente e criativo, mas ao homem bruto e cego que permanece dentro dos limites das contradições. Bentham faz da livre concorrência a essência da moralidade, regula as relações humanas de acordo com as leis da propriedade, dos objetos e de acordo com as leis da natureza, e assim representa o auge da velha ordem mundial cristã, naturalmente evoluída, o ponto mais alto da alienação, e não o início de uma nova ordem a ser criada pelo homem consciente de si mesmo em plena liberdade. Ele não avança além do Estado, mas o despoja de todo significado, substitui princípios sociais por princípios políticos, transforma a organização política na forma do conteúdo social e, assim, leva a contradição ao seu limite extremo.²⁶

4.

O legado histórico mais importante do século XVIII na Inglaterra, segundo Engels, foi a emergência do proletariado pela Revolução Industrial [*industrielle Revolution*].

A nova indústria exigia uma massa de trabalhadores constantemente disponíveis para os inúmeros novos ramos de produção e, além disso, trabalhadores que antes não existiam. Até 1780, a Inglaterra tinha poucos proletários, fato que emerge inevitavelmente da condição social da nação [...]. A indústria concentrava o trabalho em fábricas e cidades; tornou-se impossível combinar a atividade fabril com a agrícola, e a nova classe trabalhadora foi reduzida à completa dependência de seu trabalho. O que até então havia sido a exceção tornou-se regra e se espalhou gradualmente também para fora das cidades. A agricultura de pequena escala foi expulsa pelos grandes agricultores renteiros e assim foi criada uma nova classe de trabalhadores agrícolas. A população das cidades triplicou e quadruplicou e quase todo esse aumento consistiu apenas de trabalhadores. A expansão da mineração também exigiu um grande número de novos trabalhadores, e estes também viviam apenas do seu salário diário.²⁷

26 MECW 3, p. 486–487; MEW 1, p. 567.

27 MECW 3, p. 487; MEW 1, p. 568.

Por sua vez, a classe média [*Mittelklasse*], composta por industriais e mercadores, conquistou gradualmente a condição de classe dominante ao lado da aristocracia. Para Engels, o resultado desse desenvolvimento foi a divisão da Inglaterra em três partidos: “A aristocracia da terra {*Landaristokratie*}, a aristocracia do dinheiro {*Geldaristokratie*} e a democracia da classe trabalhadora {*arbeitende Demokratie*}”. E concluiu afirmando que “estes são os únicos partidos na Inglaterra, só eles agem como forças motrizes”.²⁸

Considerações finais

Neste recorte do capítulo três de nossa dissertação (*Jovem Engels: evolução filosófica e crítica da economia política (1838-1844)*), buscamos apresentar a reconstituição feita pelo jovem Engels de uma história da Inglaterra que tinha como ponto de partida as relações econômicas e sociais. Suas fontes de pesquisa historiográfica consistiram em séries históricas de dados econômicos quantitativos referentes ao desenvolvimento técnico-científico e à produção industrial inglesa dos séculos XVIII e XIX. Essa versão ainda primitiva de uma história econômica e social esboçada por Engels estabelecia o modo de produção e reprodução material da vida—e não categorias filosóficas ou valores morais—como a “régua” para medir os períodos da história e examinar suas transformações.²⁹ A valorização dos dados quantitativos econômicos e do desenvolvimento técnico-científico no estudo historiográfico não era novidade na Grã-Bretanha—terra natal da economia política e da teoria econômica moderna. A contribuição de Engels consistiu em dar os primeiros passos na conciliação entre a economia política—uma ciência materialista, empírica e positiva da realidade—e a filosofia clássica alemã, particularmente a filosofia da história e a dialética de Hegel. Essa conciliação permitiria à economia política historicizar tanto seu objeto de estudo (a sociedade capitalista) quanto a si própria—isto é, fazer de si mesma objeto de exame histórico e crítico.

* * *

A sociedade civil inglesa da primeira metade do século XIX, apesar de todas as transformações pela qual passou ao longo das décadas precedentes, estava assentada em instituições políticas e jurídicas que haviam sido estabelecidas no final do século XVII. Para Engels, essa contradição entre sociedade civil capitalista e Estado monárquico consti-

²⁸ MECW 3, p. 488; MEW 1, p. 568.

²⁹ Segundo Marx: “O que diferencia as épocas econômicas não é ‘o que’ é produzido, mas ‘como’, ‘com que meios de trabalho’. Estes não apenas fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalha” (*O capital: livro I* (São Paulo: Boitempo, 2013), seção III, cap. 5.1., p. 257; MEW 23, p. 194–195).

tucional não poderia se sustentar por muito mais tempo. A Inglaterra necessitava de reformas políticas, jurídicas e sociais imediatas ou uma revolução social, assim acreditava Engels, seria inevitável. Contudo, este tema seria examinado por Engels em seu artigo seguinte: “II. A constituição Inglesa”.³⁰ Uma apresentação responsável e consequente dele ultrapassa os limites propostos por nossa presente comunicação.

³⁰ “Die Lage Englands. II. Die englische Konstitution” (*Vorwärts!*, Paris n. 75-78, 80, 83-84, 18, 21, 25, 28 set., 5, 16, 19 out. 1844), in MECW 3, p. 489-513; MEW 1, p. 569-592.